

TERRITÓRIO, GEOGRAFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:

Notas Histórico-epistemológicas

Marie-Vic Ozouf-Marignier*

Resumo: o presente artigo problematiza a utilização do conceito de território pelas ciências sociais, com destaque para a geografia. Tal uso diz respeito a questões políticas, sociais e de identidade, revelando uma modificação epistemológica das ciências no final do século vinte.

Palavras-chave: território; geografia; ciências sociais; epistemologia; conceitos.

TERRITORY, GEOGRAPHY AND SOCIAL SCIENCES: HISTORY AND EPISTEMOLOGICAL NOTES

Abstract: the present article discusses the concept of territory by social sciences, especially Geography. Emphasizing political, social and identity questions, the use of territory by social sciences shows an epistemological change in the end of 20th century.

Keywords: territory; geography; social sciences; epistemology; concepts.

LE TERRITOIRE, LA GÉOGRAPHIE ET LES SCIENCES SOCIALES: APERÇUS HISTORIQUES ET ÉPISTÉMOLOGIQUES

Résumé: cet article veut interroger l'usage du concept de territoire par les sciences sociales, la géographie à part entière. En concernant à des questions politiques, sociales et de l'identité, cette utilisation révèle un changement épistémologique scientifique à la fin du XXème siècle.

Mots-clés: territoire ; géographie ; sciences sociales ; épistémologie ; concepts.

* Publicado originalmente em: VANIER, Martin (ed.). *Territoires, territorialité, territorialisation. Controverses et perspectives*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009, p. 31-35. Agradeço imenso à profa. Ozouf-Marignier (EHESS) por conceder a publicação de seu artigo à revista *Continentes*. Tradução realizada pelo professor Guilherme Ribeiro no âmbito do Laboratório de Política, Epistemologia e História da Geografia (LAPEHGE/UFRRJ) como parte integrante do projeto *A Geografia como Epistemologia Territorial*, apoiado pela CAPES.

Introdução

Após algumas décadas, o território se impôs como uma evidência no vocabulário das ciências sociais, a ponto de perdemos de vista o quanto sua definição é problemática e plural. Igualmente, esquecemos que o surgimento de uma palavra e de uma noção responde a necessidades e torna-se objeto de uso. Para resistir a tal esquecimento e esclarecer-nos sobre nossas práticas atuais, minha comunicação poderia intitular-se *Territórios, territorialidade, territorialização: e antes?* Ela tem como propósito interrogar sobre as circunstâncias nas quais o recurso a uma palavra e a uma noção manifestaram-se como necessários. Distinguirei três momentos e limitar-me-ei ao contexto das ciências sociais, deixando de lado, mas, sem ignorá-las, as ciências administrativas, jurídicas e políticas. E, tal como obriga a especialização, privilegiarei a geografia.

A geografia clássica: a coisa sem a palavra, existência de uma idéia

Se aderirmos à visão imposta por certos autores de uma geografia vidaliana a-política e confinada em seu naturalismo, podemos declarar, sem rodeios, que o território não existe no pensamento dos geógrafos que dominaram a cena francesa a partir do final do século XIX. Um levantamento das ocorrências da palavra nas obras fundamentais confirmaria esta afirmação. As poucas aparições do vocábulo *território* em obras como o *Tableau de la géographie de la France* (1903) podem ser tomadas como prova — diferentemente dos trabalhos de Ratzel, muito mais inclinados ao seu uso.

Podemos seguir uma outra *démarche* e partir da definição dos dicionários do início do século XX. Neles, *território* remete ao espaço de dominação de um Estado, às questões de circunscrições e de fronteiras. Nesta medida, a geografia contemporânea aparece bem próxima da noção de território, voltada que está para a descrição do cenário dos acontecimentos históricos e políticos e das divisões administrativas. Críticos desta geografia política à moda antiga, no entanto, os vidalianos não dão as costas às noções que ela mobiliza: conforme os trabalhos de Paul Vidal de la Blache e Emmanuel De

Martonne,³ eles não contribuem para a geografia das fronteiras e para a organização dos Estados? Não esqueçamos que, antes que uma geografia humana existisse na bibliografia geográfica internacional, os temas relativos aos fatos sociais eram agrupados sob a rubrica *geografia política*.

Enfim, se observarmos os objetos correntes da historiografia geográfica à época dos vidalianos, encontraremos, fortemente representados, os componentes atualmente enumerados quando se trata de território. Pensemos nas passagens sistematicamente consagradas pelas teses de geografia regional à pertinência dos limites (administrativos ou outros), ao reconhecimento dos *pays* pelos habitantes, às denominações vernaculares etc. Acrescentemos a esta lista os trabalhos dedicados à regionalização (Vidal, Hauser, Vallaux, Laffitte), que identificam a região econômica como um território de planejamento [*aménagement*].

Portanto, o território existe como idéia; porém, sem a palavra — substituída por região, *pays*, paragens [*contrée*], Estado, solo — e sem a conceitualização. Por outro lado, nada de territorialidade ou territorialização. Por quê? Dentre um feixe de respostas possíveis, pode-se alegar que o posicionamento da geografia está em outro lugar. Com o desafio dos anos 1890-1920 de autonomizá-la perante a história e fundá-la à luz do paradigma naturalista, não é de surpreender que a conceitualização da noção de território não tenha ido mais longe.

Não desenvolveremos aqui o estudo de uma segunda geração de trabalhos geográficos, a não ser para dizer que é surpreendente constatar que os geógrafos mais próximos da noção de território são, também, aqueles considerados pouco ou mais ou menos marginais em relação à geografia estabelecida: Jacques Ancel, Roger Dion, Jean Gottman. A geopolítica à moda alemã sobrevalorizou o território?

³ A autora faz menção à participação de ambos no Comitê de Estudos, organizado de maneira a preparar a Conferência de Paz de 1919, quando um novo mapa político foi fixado. Além de Vidal de la Blache e De Martonne, outros geógrafos envolvidos nesta empreitada foram Lucien Gallois, Albert Demangeon, Augustin Bernard, Jean Brunhes e M. Fallez, além da atuação irregular de jovens geógrafos como Georges Chabot, Jules Blache e L. Hautecoeur. Maiores informações a respeito podem ser encontradas na brilhante tese de doutorado de Jean-Baptiste Arrault, *Penser à l'échelle du Monde. Histoire conceptuelle de la mondialisation en géographie (fin du XIXe siècle/entre-deux-guerres)*, 2007 (Nota do Tradutor).

Os anos 1980: a manifestação da palavra, a hibridação dos saberes, a imprecisão dos conceitos

É no decorrer dos anos 1980 e, sobretudo, dos anos 1990, que vemos a multiplicação do uso da expressão *território* no conjunto das ciências sociais. Tal impulso pode parecer tardio ou paradoxal, se o comparamos à cronologia de sua utilização pelas políticas públicas: surgido sob a Ocupação,⁴ o planejamento do território encontra sua consagração enquanto expressão e instituição nos anos 1960, mas sofre uma diminuição no final dos anos 1970 e durante a década seguinte. Nas ciências sociais, o emprego da palavra ultrapassa sensivelmente os limites do planejamento, mesmo sendo este um tema privilegiado por certas disciplinas — em particular, a geografia.

A respeito deste período, muitas observações podem ser extraídas. De início, nota-se uma certa dificuldade do vocábulo *território* de se emancipar de conceitos então dominantes, tais como espaço, paisagem e local. De maneira geral, se as ciências sociais se interessam (ou reinteressam), de forma unânime, pela inscrição geográfica dos processos sociais, elas cedem a formas lexicais que valorizam ora o espaço, ora a paisagem, ora o território, porém sem precisar suas respectivas acepções. Verdade que em raras circunstâncias, porém, a geografia é a única a abordar de frente a questão (*Géopoint*, 1º volume da *Géographie Universelle*, por exemplo).

Em segundo lugar, constata-se que, embora convocado em várias manifestações interdisciplinares, o tema do território quase não é reconhecido enquanto um recurso comum ao conjunto das ciências sociais: nada de “territorial turn”, nada de explicitação do conceito — exceção feita a alguns autores, como Claude Raffestin e Marcel Roncayolo. Mesmo no âmago das disciplinas, a noção corresponde a definições variadas. Porém, trabalharemos com a hipótese de que o território responde a expectativas disciplinares distintas e, em certos casos, até mesmo, simétricas. De todo modo, os exemplos mencionados aqui são, necessariamente, esquemáticos, e não têm a pretensão de esgotar a variedade de posições epistemológicas.

⁴ Refere-se à ocupação da França pela Alemanha entre 1940 e 1944 (N.T.).

Para a geografia, a noção de território se precisa em relação à noção de espaço, permitindo reintroduzir o sujeito e o ator, suas práticas e representações, algo que a análise quantitativa e funcional fez perder de vista. O mesmo ocorre para o pequeno número de historiadores envolvidos no estudo de temas geográficos, tais como a cidade, as comunicações, a administração. Confrontados em suas pesquisas com a “produção” ou a “construção” de centros, malhas e redes, o recurso ao território decorre da atenção dada às intenções, às apropriações e às diferenciações.

Para os sociólogos, traremos a hipótese de que a atenção ao território ocorreu diante da constatação do sufocamento da noção de classe social: a proximidade e a contiguidade (ou a distância e o limite) geográficas tornam-se um recurso para decifrar um social que resiste à análise por categorias. Na evolução da sociedade contemporânea, os sociólogos dos anos 70-80 observaram também uma redução do pertencimento profissional em proveito do pertencimento territorial. De modo transversal à classe social — ver, sobretudo, os trabalhos de Chamboredon —, a dimensão material da vida social, especialmente a habitação, valoriza o espaço (residência, bairro, região) em termos de solidariedade.

Quanto aos antropólogos, eles parecem investir com predileção, por meio do questionamento sobre a identidade, em uma declinação do território (a saber, o local). Inclusão e exclusão suscitam, novamente, um jogo de vaivém do social ao espacial, de um espacial apropriado social e simbolicamente. Esta abordagem gera muitos campos de estudo. Os não-lugares de Marc Augé inscrevem-se na reflexão sobre a articulação entre o local e o global, mas não sem o uso dos termos *lugar* e *espaço* (social ou público). Em uma outra linha, trabalhos sobre fronteiras culturais (A. Morel, C. Bromberger) e análises de culturas regionais ganham novo fôlego. O papel do repatriamento da antropologia do exótico em direção à metrópole explica, sem dúvida, por uma parte, que essa busca por alteridade/identidade esteja ancorada na alternativa território/perda ou fim dos territórios.

Em todos os casos, descobrir as razões da recorrência à noção de território por estas disciplinas depende de uma *démarche*⁵ retrospectiva, e não de um acompanhamento epistemológico de escolha de objetos, métodos ou problemáticas.

O território e o tempo: enfim, a territorialização

Será necessário esperar a virada do milênio para que, aqui e ali, fosse introduzido um pouco de rigor na conceitualização da noção de território, no contexto de um desenvolvimento desenfreado da coisa-território (recomposições territoriais e multi-territoriais) e da palavra *território*, que chega, mesmo, a eclipsar a palavra *espaço*.

Muitas tendências fortes apareceram, tendências incorporadas às que realcei no período anterior. A ordem de exposição que adoto não presume suas hierarquias. Assim, em primeiro lugar, o território aparece como um meio para as ciências sociais introduzirem a lógica dos atores na análise da espacialização do social. E, como eco, é em direção a estes mesmos atores da produção do espaço ou do planejamento (atores profissionais, eleitos ou membros da sociedade civil) que se voltam as políticas públicas de *aménagement* e, através da idéia de *governança*, a ação política em sentido amplo. Apesar do historiador Bernard Lepetit se perguntar se “a história leva os atores a sério”, e se propor a fazê-lo tendo a cidade como exemplo, e embora não haja colóquio de geógrafos sobre território sem alguma seção referente aos atores, as leis do planejamento continuam a associá-los à cultura de projetos e aos conselhos de desenvolvimento. Sabemos que tal posicionamento se deve à sociologia pragmática. Esse reconhecimento dos jogos sociais, das argumentações e das *démarches* performativas suscita um debate fundamental, opondo o construtivismo ao essencialismo: um território é um dado ou algo construído? A opção generalizada pela segunda asserção não excluiu a persistência de uma ficção fundamental: a da coerência e da pertinência territorial enquanto absolutos. Assim, não há mais colóquio “territorial” que não interrogue a pertinência dos limites institucionalizados ou dos que pretendem sê-lo. Os etnólogos — pelo menos alguns — parecem ceder mais

⁵ Método, trajetória (N.T.).

facilmente à realidade das identidades territoriais preexistentes, inscritas nas tradições e na psicologia social. Outros alegam territorialidades construídas graças a ferramentas mais ou menos novas: políticas de comunicações, logomarcas, festas, denominações, operações comerciais e turísticas de toda ordem. Quando a memória cruza os horizontes de expectativa, as identidades se misturam. Contudo, não é aí, entre territorialidade e territorialização, que reside o território?

Isto nos conduz a uma segunda tendência: a de autores que sublinham a ligação entre território e tempo. O território seria como que uma designação sintética do par espaço-tempo. Em 1982, o sociólogo Michel Marié já dizia que “Para tornar-se território, o espaço tem necessidade da espessura do tempo, de repetições silenciosas, de maturações lentas”. Mais tarde, Marcel Roncayolo assim nos exortaria: “Corremos

“Para a geografia, a noção de território se precisa em relação à noção de espaço, permitindo reintroduzir o sujeito e o ator, suas práticas e representações, algo que a análise quantitativa e funcional fez perder de vista”

o risco de distinguir mal a parte da geografia e a parte da história. As construções territoriais são, antes de tudo, tempo consolidado”. Enfim, para Jean-Luc Piveteau, geógrafo que faz referência aos trabalhos do sociólogo Maurice Halbwachs, “a memória semiotiza o espaço e o espaço estabiliza a memória; a síntese movente desses dois tempos interpenetrados — as próprias necessidades analíticas introduzem as discontinuidades — é o território” (1996). Ele mostra que os agentes da

cristalização do território (topônimos, paisagens) funcionam conforme um processo circular e, mesmo, em espiral: a sociedade os cria, mas eles mesmos se inscrevem em seu imaginário. No que concerne à intersecção do espaço e do tempo, parece-me que, talvez, o território (e antes? e depois?) ainda não tenha liberado todo o aporte heurístico que possui. Seguramente, se, independente de suas propriedades (mobilidade, pluralidade, exclusividade etc.), o território tanto fascina as ciências sociais, é porque ele permite a decomposição temporal de um processo espacial. Esta é apenas uma hipótese.

No emprego da noção de território pelas ciências sociais, a terceira tendência a ser trabalhada permite explicitar tal hipótese. Ela consiste em apreciar o território como uma instituição política. Tradicional, a definição do território como espaço de exercício de uma soberania política pode aplicar-se bem tanto aos poderes institucionalizados quanto aos comportamentos sociais — visando ao controle de uma superfície qualquer de deslocamento. Todavia, esta separação não é insignificante: as ciências da sociedade e as ciências do planejamento costumam opor o território enquanto expressão da estrutura político-administrativa e campo de aplicação da autoridade pública em todas as escalas, ao território enquanto lugar de cristalização das aspirações da sociedade civil em matéria de gestão e de intervenção. É aqui que o estudo das dinâmicas e que a distinção entre *território*, *territorialidade* e *territorialização* me parece assumir todo sentido. Na realidade, lancemos, a título de interrogação, que o território nos remete, de fato e ao mesmo tempo, às identidades (sobretudo para os antropólogos), às instituições (principalmente para os politólogos), aos recursos e às coerções (para os economistas), às comunidades e às segregações (para os sociólogos [?]). Geralmente, alguns destes significados são colocados frente a frente, tal como o caso dos territórios institucionais e dos territórios identitários. A abordagem por meio da temporalidade permite desfazer esta oposição estereotipada. Tomarei o exemplo que me é familiar: o departamento. Instituído em 1789, ele representa, por excelência, a expressão do planejamento do território.⁶ Sua centralidade é lendária. Entretanto, sabe-se que ele reconduziu, no presente, a certas solidariedades territoriais do passado. Conforme ensinara Étienne Juillard, é prematuro falar de territorialidade departamental antes de meados do século XIX. Para territorializar o departamento seriam necessárias duas redes: a dos caminhos vicinais e a das ferrovias. Porém, uma vez adquirida, a territorialidade departamental faz, de um território institucional, um território identitário, que se afirma na duração. Entretanto, ao longo de toda sua existência, esse território foi objeto de virulentas críticas. Em oposição à sua artificialidade, territórios mais pertinentes são alegados,

⁶ De autoria da própria Marie-Vic Ozouf-Marignier, *La formation des départements. La représentation du territoire français à la fin du XVIIIe siècle*. Paris: Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales, 1989, é obra de referência em torno do assunto (N.T.).

tais como a região ou o *pays*, fundados sobre identidades pretensamente naturais e imemoriais. No entanto, paradoxalmente, estes espaços identitários não cessaram de conquistar sua institucionalização.

Por permitir apreender a co-presença no tempo e no espaço, assim como podemos apreendê-lo em seu caráter processual, sem reificação das categorias, parece-me que o território ainda tem futuro nas ciências sociais. Por outro lado, retenhamos em nossas consciências que a naturalização e a “imemorialização” dos territórios desemboca, repetidas vezes, em formas de fetichização que, não raro, têm produzido o pior.

Referências bibliográficas

ANCEL, Jacques. *Géopolitique*. Paris: Delagrave (1936).

ARRAULT, Jean-Baptiste. *Penser à l'échelle du Monde. Histoire conceptuelle de la mondialisation en géographie (fin du XIXe siècle/entre-deux-guerres)*. Université Paris I, Thèse de doctorat de géographie (2007).

AUGÉ, Marc. *Non-lieux. Introduction à une anthropologie de la surmodernité*. Paris: Seuil (1992).

BROMBERGER, Christian, MOREL, Alain. "L'ethnologie à l'épreuve des frontières culturelles". In: *Cahiers 17*, Éditions de la MSH, n.17, p.3-24 (2001).

CHAMBOREDON, Jean Claude, Lemaire, M. Proximité spatiale, distance sociales: les grands ensembles et leur peuplement. *Revue Française de Sociologie*, XI-I, p. 3-33, (1970).

DION, Roger. *Essai sur la formation du paysage rural français*. Paris: Guy Durier (1981 [1934])

GOTTMANN, Jean. *La politique des États et leur géographie*. Paris: Armand Colin (1952).

HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: PUF (1925).

HAUSER, Henri. *L'Organisation gouvernementale française durant la guerre. Le problème du régionalisme*. Paris: PUF (1924).

LAFFITTE, Louis. L'évolution économique de la Lorraine. *Annales de Géographie*, vol. 21, n.120, p. 393-417 (1912).

LEPETIT, Bernard. "L'histoire prend-elle les acteurs au sérieux?" In: *Espaces Temps, les cahiers*, n. 59-60-61 (*Le temps réfléchi, l'histoire au risque des historiens*), p. 112-122 (1995).

MARIÉ, Michel. *Un territoire sans nom. Pour une approche des sociétés locales*. Paris: Éd. Librairie des Méridiens (1982).

OZOUF-MARIGNIER, Marie-Vic. *La formation des départements. La représentation du territoire français à la fin du XVIIIe siècle*. Paris: Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales (1989).

PIVETEAU, Jean-Luc. Le territoire est-il un lieu de mémoire? *L'espace géographique*, n.2, p. 113-123 (1995).

RAFFESTIN, Claude. *Pour une géographie du pouvoir*. Paris: Éditions techniques (1980).

RATZEL, Friedrich. *La géographie politique, les concepts fondamentaux*. Choix de textes et traduction de l'allemand par François Ewald, avant-propos de Michel Korinman. Paris: Fayard (1987).

RONCAYOLO, Marcel. "Territoire et territorialité." In: *Territoires*, n.1, ENS, Laboratoire des Sciences Sociales, Presses de l'ENS (1983).

_____. Le territoire et ses doubles. *L'événement européen*, p.27-33 (1993).

VALLAUX, Camille. *Le sol et l'État*. Paris: Doin (1911).

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. *Tableau de la géographie de la France*. Paris: Hachette (1903).